

Responsabilização em más condutas científicas: opinião de editores do SciELO

Accountability to scientific misconduct: the SciELO editors' view

Responsabilidad por malas conductas científicas: opinión de los editores de SciELO

Edilson Damasio^{1,a}

edamasio@uem.br | <https://orcid.org/0000-0001-7763-6806>

¹ Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Exatas, Departamento de Matemática. Maringá, PR, Brasil.

^a Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Responsabilização (*accountability*) em comunicação e editoração científica é um importante tema em ética e integridade em pesquisa, e um dos grandes desafios atuais da ciência. Este artigo apresenta um estudo descritivo sobre a responsabilização e os seus atores na comunicação científica (autores, revisores, editores), partindo da questão da responsabilização desses atores e das más condutas científicas vista por editores de revista SciELO do Brasil e de países da América Latina. Apresenta resultados a partir da visão dos editores em que os autores são responsáveis, e, parcialmente, os revisores e os próprios editores.

Palavras-chave: Editores científicos; Más condutas científicas; Ética e integridade científica; Responsabilização; Periódicos e fluxo editorial.

ABSTRACT

Accountability in scientific communication and publishing is an important topic in ethics and research integrity, and one of the great challenges of science today. This article presents a descriptive study on accountability and its actors in scientific communication (authors, reviewers, editors), starting from the issue of accountability of these actors and from the scientific misconducts viewed by SciELO journals editors in Brazil and Latin America. Based on the editors' view, it stands that the authors are responsible, and the reviewers and the editors are partially responsible.

Keywords: Scientific editors; Scientific misconducts; Ethics and research integrity; Accountability; Journals and editorial flow.

RESUMEN

La responsabilidad (*accountability*) en la comunicación y publicación científica es un tema importante en la ética y la integridad en la investigación, y uno de los grandes desafíos de la ciencia actual. Este artículo presenta un estudio descriptivo sobre la responsabilidad y sus actores en la comunicación científica (autores, revisores, editores), a partir de la cuestión de responsabilidad de estos actores y de las malas conductas científicas vista por los editores de revista SciELO en Brasil y en países de América Latina. Presenta resultados en la visión de los editores de que los autores son responsables, y los revisores y los propios editores son parcialmente responsables.

Palabras clave: Editores científicos; Malas conductas científicas; Ética e integridad científica; Responsabilidad; Periódicos y flujo editorial.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Este artigo compõe o dossiê Por uma Ética Interdisciplinar.

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Edilson Damasio.
Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Edilson Damasio.
Redação do manuscrito: Edilson Damasio.
Revisão crítica do conteúdo intelectual: Edilson Damasio.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: não houve.

Considerações éticas: Projeto aprovado CEP/HUCFF/UFRJ CAAE 37051614.4.0000.5257.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não há.

Histórico do artigo: submetido: 07 abr. 2022 | aceito: 10 ago. 2022 | publicado: 30 set. 2022.

Apresentação anterior: não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

O conceito de *accountability* é traduzido para a língua portuguesa não necessariamente de forma literal, mas vai além, tornando-se base da responsabilização, das responsabilidades, da transparência em atuar e da necessária prestação de contas. Essa importante abordagem sobre a responsabilidade no meio científico junto aos temas centrais da integridade científica, dos atores envolvidos (autores, revisores e editores) e da comunidade científica será tratada neste artigo.

Apresentaremos as etapas do fluxo editorial e o papel dos editores, as políticas editoriais necessárias para a prevenção de más condutas e a sua importância ao manter os padrões éticos, o conceito de *accountability* e a discussão da responsabilidade de editores, revisores e autores na manutenção de padrões de qualidade da revista como um desafio que afeta diretamente o processo de comunicação na ciência. Apresentamos algumas respostas para a seguinte questão: qual a responsabilização de autores, revisores e editores sobre as más condutas?

Todo manuscrito, ao ser submetido a um periódico, deve seguir diversas diretrizes, sejam elas elaboradas pelo próprio periódico, formais ou indicadas pela área e pelo foco da publicação. Seja qual for a natureza, as diretrizes visam orientar os autores a partir de normas explícitas e declarações de como eles devem encaminhar os seus manuscritos, especialmente em termos de escopo e de formatação. As diretrizes dos periódicos, cada vez mais, vêm incorporando questões relacionadas às boas práticas éticas em publicação, seguindo, muitas vezes, o que é preconizado por outros órgãos como o Committee on Publication Ethics (COPE). Na área médica, por exemplo, as diretrizes do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) já são amplamente difundidas e utilizadas há décadas nas revistas da área, em geral, sendo incluídas na seção Recomendações gerais e questões para conflitos de interesse (COPE *et al.*, 2018; ICMJE, 2014, 2022).

Ao final apresenta-se o resultado de pesquisa realizada com editores-chefe de revistas SciELO do Brasil e de mais cinco países da América Latina sobre as suas percepções de responsabilidade em casos de má conduta científica.

EDITORES, FLUXO EDITORIAL E MÁS CONDUTAS

Ao escrever e submeter um artigo a uma revista, os autores devem seguir as diretrizes formais e éticas, buscando publicar devidamente o resultado encontrado no estudo. Uma vez submetido, o manuscrito seguirá uma série de etapas dentro do periódico, até a sua publicação ou rejeição. Esse processo tem no editor científico a figura do gerente, administrador e gestor da publicação científica.

Na etapa científica, ocorre a certificação científica do trabalho, que é realizada pelos consultores *ad hoc*, especialistas nacionais ou internacionais, que podem ou não fazer parte do comitê editorial da própria revista. Nessa etapa, o editor científico ocupa um lugar central, já que é ele quem tomará as principais decisões em relação ao encaminhamento e aceite do manuscrito.

A etapa seguinte, técnica administrativa, tem relação com a gestão dos procedimentos administrativos e técnicos no fluxo do manuscrito até a publicação, ou seja, a produção editorial. Essa fase pode ser realizada por secretários, técnicos, editores assistentes ou outros profissionais com experiência na área editorial específica do periódico. Nesse momento, utiliza-se tradicionalmente a conferência formal para identificar se o manuscrito segue as diretrizes formais, que inclui, entre outros, a revisão de linguagem, a formatação, a diagramação do texto e a conferência das referências. Ao longo da primeira etapa e ao final da segunda, um manuscrito pode sempre ser questionado quanto aos aspectos éticos.

O ideal é que, uma vez submetido à revista, o conteúdo do manuscrito passe por Sistemas de Identificação de Plágio (SIP). Esses sistemas são destinados a identificar conteúdos semelhantes. Assim, ao se notar

a identificação positiva de conteúdos idênticos e sem citações, de resultados semelhantes ou de outros passíveis de dúvida, os editores devem entrar em contato com os autores para sanar as dúvidas encontradas, que podem ser plágio, autoplágio, redundância.

Ainda no início da etapa científica, cabe aos editores realizar uma pré-avaliação inicial, preferencialmente junto ao SIP ou junto aos editores de seção ou editores de área específica. Somente depois disso, o manuscrito é enviado para a avaliação *ad hoc*, seguindo, assim, o fluxo editorial, começando pelos avaliadores especialistas. O tempo de revisão por pares é um dos grandes problemas dos editores, devido à grande demanda de *papers* e ao aumento da demanda dos serviços dos revisores. Espera-se que esses especialistas realizem a revisão em um período de tempo estipulado pelos editores, esquecendo-se que os revisores são cientistas, professores, pesquisadores que já estão sobrecarregados em suas atividades (ICMJE, 2014, 2022). Em estudo desenvolvido por Kendall Powell (2016, p. 150), foi identificado que o tempo médio de revisão dos artigos não teve alteração nos últimos 30 anos, levando, em média, 100 dias. Muito embora aparentemente não tenha havido redução no tempo de revisão, o acesso digital facilitou os procedimentos formais de acesso e o envio dos relatos e pareceres aos editores.

Normalmente, o manuscrito é encaminhado para alguns revisores, aguardando o retorno de pelo menos dois pareceres. O manuscrito é, então, reavaliado pelos editores, que buscam identificar, no conteúdo dos pareceres, se existem demandas para o aceite ou não do manuscrito em sua revista, ou se o aceite está condicionado às correções obrigatórias. Nesse momento, os editores ainda têm uma grande demanda de trabalho, pois os autores também podem questionar o que foi designado pelos revisores, e o editor científico sempre terá que intermediar alguma discordância entre os autores e os revisores. Tradicionalmente, os autores seguem as determinações dos editores e revisores e procuram deixar o manuscrito de maneira perfeita em conteúdo científico para a publicação. Os autores têm uma demanda grande de publicar seus resultados e procuram produzir o melhor para responder ao campo de estudo (ICMJE, 2014, 2022; LAFOLLETTE, 1996).

Os editores são responsáveis por todas essas etapas, que compreendem muito dispêndio de tempo e cuidado. Após todos os passos anteriores, os editores deverão decidir pela ordem da publicação dos trabalhos dentro dos fascículos. Em seguida, o editor ou um convidado deve escrever um editorial, uma nota ou uma apresentação, que vem publicado antes dos trabalhos. O editorial não é utilizado por todos os periódicos, e seu uso é diferente conforme as diversas áreas de conhecimento.

Considerando-se o papel central dos editores em todo o fluxo editorial, de intermediar tanto as etapas científicas como as administrativas, há de se esperar que sobre eles paise grande pressão de diferentes naturezas. De fato, para Trzesniak, Plata-Caviedes e Cordoba-Salgado (2012, p. 58), os desafios e as pressões sobre os editores de periódicos deixaram de ser “escoar a produção científica” até os anos de 1980, e indexá-la em alguma base, para nos anos 2010 focar na qualidade do conteúdo.

Na busca pela garantia da qualidade da publicação, os editores, como elementos centrais do processo editorial, devem agir com responsabilidade, inclusive na prevenção e na identificação de más condutas. Nesse sentido, é necessário que o periódico e o seu corpo ou conselho editorial tenham desenvolvido políticas específicas condizentes com a responsabilização de atos antiéticos na publicação (BOSCH *et al.*, 2012).

Um estudo publicado por Magalhães *et al.* (2014), sobre a utilização de aspectos éticos nas instruções aos autores, identificou que, em relação a um estudo anterior (SANDENBERG *et al.*, 1999 *apud* MAGALHÃES *et al.*, 2014), houve um avanço em alguns critérios/ações de revistas voltadas para a conduta ética, devido às exigências dos conselhos de ética e à melhoria na condução ética de diversos periódicos brasileiros.

Com os periódicos assumindo cada vez mais o suporte *on-line*, surgem também programas específicos que auxiliam na identificação de uma das mais frequentes más condutas – o plágio. Essas ferramentas de

apoio são voltadas principalmente para editores científicos, universidades, agências e instituições, sendo que grande parte delas trabalha com a identificação de similaridade de conteúdo textual. Na prática, as semelhanças de conteúdo são apresentadas por representações métricas de porcentagem de similaridade. Segundo Whale (1990), as métricas geradas pela análise do *software* são combinadas para produzir uma lista de pares de resultados, e com uma medida das diferenças entre as suas representações. A fase final ordena a lista da métrica de similaridade filtrando as diferenças métricas significativas.

Os sistemas estão distribuídos em dois tipos principais: (1) voltados para editores, pesquisadores e instituições de pesquisa e fomento, ou seja, voltados para o ambiente científico; e (2) voltados para professores e instituições de ensino, como mecanismo de apoio educacional.

Muito embora as revistas estejam buscando instrumentos e estratégias para evitar a ocorrência de más práticas, a responsabilidade de cada um dos atores envolvidos no fluxo editorial é também um aspecto a ser considerado quando se trata da conduta ética na comunicação científica. Esse assunto será apresentado em detalhes na próxima seção.

RESPONSABILIZAÇÃO DE EDITORES, REVISORES E AUTORES

O papel do editor de guardião dos diferentes atores envolvidos no fluxo editorial, desde a submissão até a publicação ou rejeição de uma publicação, tem grande proximidade com o conceito de *accountability*, utilizado principalmente após a grande necessidade de transparência na governança democrática, do que é público, e a necessidade da responsabilização dos agentes públicos (BRINKERHOFF, 2001). Segundo Arlindo Rocha (2011), entende-se que a democracia hoje exerce o poder soberano e a sua extensão da cidadania a todos. Segundo Harald Bergsteiner (2012), a evolução da democracia trouxe a necessidade de novas responsabilidades na sociedade ao responder a uma obrigação dupla: ‘dos cidadãos’ em manter vigilância sobre o uso do poder concedido aos seus governantes escolhidos; ‘dos governantes’ em prestar contas à sociedade. Assim, um dos mais importantes problemas desse regime consiste em desenvolver formas e instrumentos de *accountability*, com processos permanentes na avaliação e na responsabilização dos agentes públicos e controlados pelos cidadãos. Esse conceito vem sendo utilizado em vários campos do conhecimento (administração pública, sociologia, psicologia, direito, filosofia, ciências políticas, comportamento organizacional e econômico), sendo aplicado a teorias ou modelos que envolvem grupos de pessoas, comportamentos e processo de ‘construção de responsabilidade’ (BERGSTEINER, 2012, p. xi).

A definição formal desse conceito em dicionários da língua inglesa inclui, com frequência, o sentido da prestação de contas: “A obrigação de um indivíduo ou organização de prestar contas de suas atividades, de aceitar a responsabilidade por elas e de divulgar os resultados de maneira transparente”¹, no *BusinessDictionary.com* (ACCOUNTABILITY, 2020a); e “[...] qualidade ou estado de ser responsável; especialmente: uma obrigação ou disposição para aceitar a responsabilidade ou se responsabilizar por suas ações”², no Merriam-Webster Dictionary (ACCOUNTABILITY, 2020b).

Os sinônimos e as definições deixam aparente a relação entre *accountability* e a tomada para si da(s) responsabilidade(s). Pinho e Sacramento (2009), ao se debruçarem sobre as possíveis contribuições das alterações políticas, sociais e institucionais ocorridas no Brasil nas últimas décadas – a tradução e a real incorporação do conceito de *accountability* –, verificaram que esse conceito compreende a busca de uma forma composta de legitimação das responsabilidades, tanto para um cargo como para todo o envolvimento

¹ “The obligation of an individual or organization to account for its activities, accept responsibility for them, and to disclose the results in a transparent manner”.

² “The quality or state of being accountable; specially: an obligation or willingness to accept responsibility or to account for one’s actions”.

com o que é público. Apontam os autores que a palavra *accountability* está cercada de parâmetros, que mudam à medida que a sociedade muda.

Stevan Harnad (2014) afirma que ambos, os árbitros e os autores, são responsáveis perante os editores pela confiabilidade da informação do manuscrito, sendo os editores responsáveis por selecionar quais recomendações são vinculativas e se o processo satisfaz às recomendações; além disso, os editores e a instituição/editora são responsáveis por estabelecer e manter os padrões de qualidade da revista.

Harald Bergsteiner (2012) apresenta as diferentes dimensões das responsabilidades, resumidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Taxonomia em cascata da construção das responsabilidades

Âmbito	Foco	Aspectos temporais	Natureza da responsabilidade		
			Principais responsabilidades	Sinônimos encontrados na literatura	Variantes específicas ou subgrupos
Ex. Coletivo Corporativo Departamental Global Grupo Individual Institucional Mercado Nacional Pessoal Equipe Transnacional	Ex. Educação Meio ambiente Saúde Desempenho Políticas Transporte	Responsabilidades <i>Ex ante</i>	Papel/tarefa	<i>Pessoal</i> Normativo <i>Atributivo</i> <i>Sentido</i>	-
			Normativo	Prescritivo <i>Pessoal</i> <i>Sentido</i> <i>Ativo</i>	Leis Éticas Normas
			Moral	<i>Pessoal</i> <i>Sentido</i>	Valores e padrões pessoais
		Responsabilidades <i>Ex post</i>	Papel/tarefa	<i>Pessoal</i>	-
			Normativa	<i>Prescritivo</i> <i>Pessoal</i>	Leis Éticas Normas
			Moral	<i>Pessoal</i>	Valores e padrões pessoais
	Causal		<i>Atributivo</i> <i>Descritivo</i> <i>Pessoal</i>	Causalidade direta Causalidade instigativa Causalidade associativa	
	Juiz		Veredito Culpa	Criminal Negligente Delegado	
	Sentido		<i>Pessoal</i>	-	

Nota: Termos com uso ambíguo ou idiossincrático em itálico.

Fonte: Bergsteiner (2012, p. 17, tradução nossa).

As responsabilidades podem ser de atribuição desde o nível individual ao nível coletivo global, e os focos variam de acordo com o meio no qual os sujeitos se encontram. No Quadro 1, o autor apresenta dois tipos principais de responsabilidades, quando se pensa no aspecto temporal da ação ou no evento sobre o qual se aplica a responsabilidade: *ex ante* (antes do evento) e *ex post* (depois do evento).

As responsabilidades *ex ante* são de natureza papel/tarefa em que as pessoas escolhem aceitar (normativo e moral); são de obrigações primárias e necessárias para o pessoal e para o coletivo, fundamentais, por exemplo, para a sobrevivência em sociedade. Já as responsabilidades *ex post* são também de caráter moral, causal e com juízo; neste último, podem ocorrer vereditos contra a pessoa ou instituição, no sentido de responsabilizá-la por um ato ou evento fora da lei.

Do ponto de vista da editoração científica, com base no Quadro 1, é possível inferir que as responsabilidades ocorrem no âmbito coletivo, pois o fluxo editorial é, essencialmente, um trabalho coletivo entre editores, revisores e autores.

Considerando o modelo de Bergsteiner (2012) para o trabalho dos editores e revisores, as responsabilidades, seja no processo de avaliação, seja em todo o processo de editoração, perpassam tanto as etapas antes (*ex ante*) como as depois (*ex post*) do processo.

Os editores têm as suas responsabilidades *ex ante*, seja a partir da definição de políticas editoriais, diretrizes e instruções aos autores, seja no gerenciamento dos manuscritos, desde a submissão até a publicação em seus periódicos. Também têm responsabilidades *ex post*, seja garantindo a ampla divulgação e manutenção dos conteúdos de seus periódicos – tanto na forma impressa como na eletrônica –, seja na apuração de responsabilidades e eventuais punições quando um autor, revisor ou manuscrito é denunciado por fraude. Nesse caso, as normas e as diretrizes estipuladas pelo periódico devem ser seguidas à risca pelos editores, que assumem o papel de juiz, na definição das respostas às atitudes não responsáveis de autores ou revisores.

Do ponto de vista dos revisores, as responsabilidades ocorrem *ex ante*, mais especificamente ao longo do processo de revisão por pares, durante o qual se espera que eles atuem de forma responsável, usando critérios objetivos e também seus conhecimentos e suas experiências como cientistas para decidir sobre o mérito e a relevância do manuscrito em análise.

Por fim, os autores têm uma responsabilidade anterior ao processo editorial, responsabilidade essa que começa na concepção do projeto de pesquisa e vai até a realização da pesquisa em si, a consolidação dos resultados, a escrita e o envio do manuscrito para os periódicos.

Elizabeth Wager e Sabine Kleinert (2012), pesquisadoras em integridade científica, afirmam que os autores familiarizados com as diretrizes para publicação em determinada revista devem trabalhar junto aos objetivos do(a) editor(a) de forma correta, disponibilizando-se para responder por erros ou omissões descobertos no pós-publicação. Também devem estar atentos a todas as atividades relacionadas à produção da pesquisa e dos artigos, aos materiais, métodos, *softwares* e dados utilizados, às agências de financiamento, às instituições e a outros pesquisadores – para que no futuro outros pesquisadores tenham acesso a essas informações. Os autores devem se utilizar de políticas claras ao servirem-se dos dados das pesquisas. Wager e Kleinert (2012) afirmam que os autores são responsáveis no pós-publicação, devendo responder às solicitações dos leitores e deixando claros os detalhes da pesquisa, sempre que forem demandados por outros pesquisadores.

Para Wager e Kleinert, os editores são responsáveis pelo conteúdo publicado: “Os editores têm que assumir a responsabilidade por tudo que eles publicam e devem ter procedimentos e políticas ativas para garantir a qualidade do material que publicam e manter a integridade do registro publicado” (2012, p. 320).³

O crescimento de retratações aponta ‘falhas’ na conduta cética ou questionadora dos revisores e editores, também cientistas. LaFollette (1996) afirma que há séculos os indivíduos têm uma adaptabilidade na ciência, e que após a ocorrência de casos que afetam a moral e as normas sociais em comunicação científica,

3 “Editors have to take responsibility for everything they publish and should have procedures and policies in place to ensure the quality of the material they publish and maintain the integrity of the published record.”

as más condutas de determinados indivíduos fizeram surgir a necessidade de se estabelecer uma ‘neutralidade cultural’, com os objetivos de determinar onde ocorreu a falha e permitir variações nos padrões e nas práticas, tentando, assim, reduzir a tendência de um ‘relativismo ético’.

A comunicação na ciência através de revistas especializadas mostra um crescimento exponencial e, em paralelo, um aumento de fraudes de diferentes naturezas, o que estabelece um desafio que afeta diretamente todos os atores envolvidos no processo da comunicação científica.

Partindo dessa constatação, o presente artigo se debruçou sobre um desses atores – o ‘editor’ –, buscando entender como eles percebem tanto as questões sobre diferentes tipos de má conduta quanto as responsabilidades atribuídas a esses casos. A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos, destacando o campo e a população de estudo, os procedimentos para a coleta de dados e os métodos de análise dos dados quanti-qualitativos.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo como tese de doutorado em Ciência da Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), defendida em 2017, que tinha como principal questão: como editores de revistas publicadas na Scientific Electronic Library Online (SciELO) do Brasil e de países da América Latina têm conhecimento, percebem e lidam com as más condutas na comunicação científica, durante o processo editorial (DAMASIO, 2017). O SciELO é uma biblioteca digital de acesso aberto que publica periódicos científicos brasileiros e de outros países da América Latina, da Europa, da África do Sul e da Ásia, além de coleções de livros e repositórios de *preprints* e dados de pesquisa.

Um questionário *on-line* foi enviado em 2015 via plataforma SurveyMonkey a um total de 856 editores de periódicos, com uma taxa de respostas de 209 editores, dos quais 97 brasileiros e 112 de outros países (Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, México). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto foi submetido em 6 de outubro de 2014 e aprovado em 8 de novembro do mesmo ano, conforme o número de processo CAAE 37051614.4.0000.5257.

Os resultados e a discussão referem-se à parte do estudo que questionou: “você diria que os (autores, revisores e editores) são (totalmente, parcialmente ou nada responsáveis) nos casos de plágio, fabricação e falsificação de dados? Comente”. Ao final, os editores responderam livremente sobre as responsabilidades dos autores, revisores e editores. Foram aplicadas três questões abertas com análise qualitativa utilizando o método de análise de conteúdo de Bardin (1977), realizado e conferido em dois momentos diferentes para elevar a qualidade da inferência das respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos as opiniões dos editores sobre as responsabilidades de autores, revisores e editores em casos de plágio, fabricação e falsificação de dados. Os editores responderam às questões abertas sobre as responsabilidades, que, após análise de conteúdo, foram classificadas em três categorias que expressam o grau de responsabilização de cada um dos três atores (autores, revisores e editores): totalmente, parcialmente ou nada responsáveis pelas más condutas.

Tabela 1 – Opinião dos editores da SciELO do Brasil e de países da América Latina, participantes do estudo, sobre o grau de responsabilidade de autores, revisores e editores nos casos de má conduta, 2015

Responsabilidades	Nada	Parcialmente	Totalmente	Total
Responsabilidade dos <u>autores</u> #				
Brasil	1 (1,2%)	4 (4,9%)	76 (93,9%)	81 (100%)
Outros		8 (9,1%)	80 (90,9%)	88 (100%)
Responsabilidade dos <u>revisores</u> *				
Brasil	45 (54,9%)	32 (39,0%)	5 (6,1%)	82 (100%)
Outros	23 (26,4%)	61 (70,1%)	3 (3,5%)	87 (100%)
Responsabilidade dos <u>editores</u> @				
Brasil	38 (46,3%)	34 (41,5%)	10 (12,2%)	82 (100%)
Outros	20 (23,0%)	53 (60,9%)	14 (16,1%)	87 (100%)

Outros: Editores da Argentina, Chile, Colômbia, Cuba e México.

16 editores brasileiros e 23 editores latino-americanos não responderam a essa questão.

* 15 editores brasileiros e 24 editores latino-americanos não responderam a essa questão.

@ 15 editores brasileiros e 24 editores latino-americanos não responderam a essa questão.

Fonte: Dados da pesquisa (DAMASIO, 2017, p. 128).

Em relação à responsabilidade dos autores nos casos de má conduta detectados na revista, verifica-se que a maior parte dos editores brasileiros (93,8%) e latino-americanos (90,9%) indica que os autores são totalmente responsáveis.

A seguir, dois exemplos de respostas, nas quais os editores consideram os autores totalmente responsáveis.

Os autores são totalmente responsáveis, pois são eles que organizam, preparam e escrevem seus manuscritos. As revistas não têm como controlar se ao mesmo tempo o mesmo material está sendo submetido a outro veículo de divulgação, seja no país ou no exterior. O corpo editorial não tem como fiscalizar se os dados e as análises são reais ou produzidos. (DAMASIO, 2017, p. 128)

A meu ver os autores são totalmente responsáveis nos casos de plágio, e também de outras más condutas, tais como fabricação e falsificação de dados. Os dois últimos casos são de difícil verificação e provavelmente impossíveis de verificar objetivamente, na maioria dos casos. (DAMASIO, 2017, p. 128)

Quando questionados sobre a responsabilidade dos revisores, as respostas dos editores brasileiros se dividem em nada (54,9%) e parcialmente (39,0%). Perfil diferente é observado para os editores da América Latina: a maioria absoluta aponta que os revisores são parcialmente responsáveis pelos casos de má conduta (70,1%).

Apresentamos a seguir dois exemplos de respostas que consideram os revisores como nada ou parcialmente responsáveis.

[...] são situações que exigem muito cuidado e análise minuciosa, nem sempre são responsáveis. (DAMASIO, 2017, p. 129)

Consideramos que os autores são parcialmente responsáveis nos casos de plágio, fabricação e falsificação. Em nossa experiência os casos de suposto plágio foram sem dolo, em alguns casos produto do ego, e devemos reconhecer que as revistas deveriam ter mecanismos de detecção precoce, mas na maioria das vezes faltam pessoal e orçamento. No entanto,

a maior parte da culpa deve recair sobre os autores. (DAMASIO, 2017, p. 129, tradução nossa)⁴

Em relação à responsabilidade dos editores nos casos de má conduta, verifica-se que os editores do Brasil estão mais divididos: 46,3% considera nada responsáveis e 41,5% como parcialmente responsáveis. Já a maioria absoluta dos editores latino-americanos (60,9%) pensa que são parcialmente responsáveis.

Apresentamos a seguir dois textos de editores brasileiros que responderam que são parcialmente responsáveis e, em seguida, duas respostas de nada responsáveis.

Editores são parcialmente responsáveis, mas menos do que os pareceristas. O sistema de parecer cego por pares, embora não exima os editores, faz recair maior responsabilidade pela aprovação dos textos nos pareceristas. (DAMASIO, 2017, p. 129)

Parcialmente responsável. Editores devem deixar claro que certos comportamentos não são admitidos, zelar pela escolha de revisores de alto nível, e verificar, em vários momentos do fluxo de produção, que artigos similares não tenham sido publicados. (DAMASIO, 2017, p. 129)

Os editores, depois de ler o manuscrito, verificar a autenticidade, a origem dos autores aos membros do Conselho, receber os pareceres, analisar e receber de volta o manuscrito corrigido, têm o conhecimento do trabalho em todas as suas fases. Não podem ser considerados responsáveis no caso de plágio. Porém podem ter ferramentas a sua disposição, como *softwares* de detecção de plágio que possam auxiliar. Isso seria bem-vindo. (DAMASIO, 2017, p. 129)

Nada responsáveis, pois devem avaliar a qualidade do trabalho e a pesquisa relacionada. Não deveriam ter a obrigação de detectar má conduta originalmente praticada pelos autores. Entretanto, devem estar atentos a esse tipo de prática e procurar minimizá-las. (DAMASIO, 2017, p. 129)

As respostas redigidas pelos editores brasileiros e latino-americanos apontam para a responsabilidade total dos autores em uma parcela de 90% das respostas. Em relação às responsabilidades dos revisores, 70,1% dos editores latino-americanos afirmam que esses são parcialmente responsáveis; enquanto menos de 40% dos brasileiros pensam dessa forma. Os editores são nada responsáveis para a maior parte do grupo de brasileiros, diferentemente da opinião dos editores latino-americanos, que consideram os editores parcialmente responsáveis pelas más condutas.

CONCLUSÃO

Com esses resultados podemos inferir que, para os respondentes do estudo, os autores são os maiores responsáveis pelas más condutas, depois os revisores e, por último, os editores. Considerando que os editores têm obrigações com a ciência que é construída e divulgada e que devem se comportar de maneira ética e responsável, aderindo aos mais altos padrões na condução de uma pesquisa científica (CARRAWAY, 1998), os resultados encontrados no estudo sugerem que os respondentes parecem não ter clareza de suas próprias responsabilidades e atribuições, delegando aos autores e aos revisores a responsabilidade por casos de Fabricação, Falsificação e Plágio (FFP).

Sobre esse tema, Mary Frank Fox (1994) faz uma ampla descrição sobre os diversos aspectos relacionados às más condutas no fluxo editorial e no processo de revisão por pares. Observa que, quando o editor identifica ou é comunicado sobre uma alegação, surge um novo conjunto de problemas, decorridos da busca pelos responsáveis. É obrigação do editor informar a ocorrência de más condutas à instituição e ao organismo

⁴ “Consideramos que los autores son parcialmente responsables en el caso de plagio, fabricación y falsificación, ya que en nuestra experiencia los dos casos de presunto plagio fueron sin dolo, en algunos casos producto del ego, y bueno debemos reconocer que las revistas debemos tener mecanismos de detección temprana, pero la mayoría de las veces falta personal y presupuesto. Pero esa parcialidad está cargada hacia los autores.”

financiador do/da trabalho/pesquisa, pois ele tem de ter responsabilidade com os assinantes e os leitores de sua revista.

Fox (1994) aponta que o processo editorial e os revisores têm papel limitado na detecção e na punição de más condutas. Observa que as definições de ‘revisão por pares’ e de ‘má conduta’ são fracas e imprecisas, contribuindo para a dificuldade em abordar os casos, além de os revisores não disporem de informações para detectar as fraudes e de não estarem tão dispostos a conhecê-las. Para a autora (FOX, 1994), as revistas não trazem, de forma clara, as responsabilidades dos editores. Fox indica algumas soluções: os revisores devem ser alertados em sinais de fraude; os coautores devem ser responsabilizados; as revistas podem utilizar métodos rotineiros de escrutínio de dados dos artigos; e a retratação de artigos.

Podemos destacar que os editores têm responsabilidade pelos artigos publicados em suas revistas, e essa responsabilidade não termina com a publicação, vai além, com a detecção de erros e a devida correção – estas são práticas que acontecem com alguma frequência e que precisam de decisões centralizadas nos editores.

Nicholas Steneck (2006) discute que as pesquisas devem ser conduzidas de forma responsável tanto pelos indivíduos como pelas instituições. Este autor considera as práticas de FFP muito graves, no entanto os editores parecem ter pouca familiaridade com elas e mostram um conhecimento simplificado para defini-las, o que pode representar um problema de maior relevância para todo o processo editorial.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY. In: BUSINESSDICTIONARY.COM. [S. l.: s. n., ca. 2020a]. Disponível em: <http://www.businessdictionary.com/definition/accountability.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ACCOUNTABILITY. In: MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. [S. l.: Merriam-Webster, [ca. 2020b]. Disponível em: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/accountability>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGSTEINER, Harald. Accountability. In: IDOWU, Samuel O. *et al.* (ed.). **Encyclopedia of Corporate Social Responsibility**. Berlin: Heidelberg, 2013. p. 12-21. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-642-28036-8_693. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-642-28036-8_693. Acesso em: 14 set. 2022.

BOSCH, Xavier *et al.* Misconduct policies in high-impact biomedical journals. **PLoS ONE**, São Francisco, v. 7, n. 12, p. e51928, 19 dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0051928>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0051928>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRINKERHOFF, Derick W. **Taking account of accountability**: a conceptual overview and strategic options. Washington, DC: U.S. Agency for International Development, 2001.

CARRAWAY, Leslie N. Ethics for and responsibilities of authors, reviewers and editors in science. **The American Midland Naturalist**, [s. l.], v. 161, n. 1, p. 146-164, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1674/0003-0031-161.1.146>. Disponível em: <https://bioone.org/journals/the-american-midland-naturalist/volume-161/issue-1/0003-0031-161.1.146/Ethics-For-and-Responsibilities-of-Authors-Reviewers-and-Editors-in/10.1674/0003-0031-161.1.146.short?tab=ArticleLink>. Acesso em: 14 set. 2022.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE) *et al.* **Principles of transparency and best practice in scholarly publishing**. Eastleigh: Cope, 2018. Disponível em: https://publicationethics.org/files/Principles_of_Transparency_and_Best_Practice_in_Scholarly_Publishingv3_0.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

DAMASIO, Edilson. **Práticas de má conduta na comunicação científica e o fluxo editorial**: um estudo com editores de revistas científicas SciELO. Rio de Janeiro, 2017. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/946/6/Damasio_Tese_IBICT_2017.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

FOX, Mary Frank. Scientific misconduct and editorial and peer review processes. **The Journal of Higher Education**, v. 65, n. 3, p. 298-309, 1994. Special Issue: Perspectives on Research Misconduct. DOI: <https://doi.org/10.2307/2943969>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2943969>. Acesso em: 14 set. 2022.

HARNAD, Stevan. The post-Gutenberg open access journal. In: COPE, Bill; PHILLIPS, Angus (ed.). **The future of the academic journal**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier; Oxford: Chandos Publishing, 2014. p. 179-193. E-book. DOI: <https://doi.org/10.1533/9781780634647.179>. Disponível em: <https://www.elsevier.com/books/the-future-of-the-academic-journal/cope/978-1-84334-783-5>. Acesso em: 10 set. 2014.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS (ICMJE). **Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos**. Tradução de: Eliane de Fátima Duarte *et al.* Filadélfia: ICMJE, 2014. Disponível em: <http://www.icmje.org/recommendations/translations/portuguese2014.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS (ICMJE). **Recommendations for the conduct, reporting, editing, and publication of scholarly work in medical journals**. Filadélfia: ICMJE, atualizado maio 2022. Disponível em: <http://www.icmje.org/recommendations/>. Acesso em: 13 set. 2022.

LAFOLLETTE, Marcel Chotkowski. **Stealing into print: fraud, plagiarism, and misconduct in scientific publishing**. Berkeley: University of California Press, 1996.

MAGALHÃES, Ana Paula Silva *et al.* Ética dos editores de periódicos brasileiros: evolução e desafios. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 26-30, 2014. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20140013>. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/598>. Acesso em: 14 set. 2022.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/g3xgtqkwFJS93RSnHFTsPDN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2022.

POWELL, Kendall. Does it take too long to publish research? **Nature**, Londres, v. 530, p. 148-151, 10 fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1038/530148a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/530148a>. Acesso em: 14 set. 2022.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 82-97, 2011. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/314>. Acesso em: 19 set. 2022.

STENECK, Nicholas H. Fostering integrity in research: definitions, current knowledge, and future directions. **Science and Engineering Ethics**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 53-74, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/PL00022268#citeas>. DOI: <https://doi.org/10.1007/PL00022268>. Acesso em: 14 set. 2022.

TRZESNIAK, Piotr; PLATA-CAVIEDES, Tatiana; CORDOBA-SALGADO, Oscar Alejandro. Qualidade de conteúdo: o grande desafio para os editores científicos. **Revista Colombiana de Psicologia**, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 57-78, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-54692012000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 set. 2022.

WAGER, Elizabeth; KLEINERT, Sabine. Responsible research publication: international standards for authors. In: MAYER, Tony; STENECK, Nicholas (ed.). **Promoting research integrity in a global environment**. Singapore: World Scientific Publishing, 2012. p. 311-318.

WHALE, Geoff. Software metrics and plagiarism detection. **Journal of Systems and Software**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 131-138, 1990. DOI: [https://doi.org/10.1016/0164-1212\(90\)90118-6](https://doi.org/10.1016/0164-1212(90)90118-6). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0164121290901186?via%3Dihub>. Acesso em: 14 set. 2022.